

A HISTORIOGRAFIA INAUGURAL DA EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO E OS AVANÇOS CONTEMPORÂNEOS IMPLEMENTADOS PELO GRUPO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO IE/UFMT

Elizabeth Madureira Siqueira* e Nicanor Palhares Sá**

Um balanço historiográfico da produção intelectual referente à Educação mato-grossense representa um momento privilegiado de se repensar a construção de discursos construídos por sujeitos diferenciados que olharam o processo educativo de Mato Grosso sob perspectivas diferenciadas, mesmo que a temática tenha sido comum.

Privilegiaremos apenas a produção historiográfica conhecida como “clássica”, aquela gerada por intelectuais formados em outras áreas de conhecimento que não a de História ou Pedagogia. O que os conduziu a produzir trabalhos sobre o contexto educacional foi, sem dúvida, o compromisso que assumiram no ano de 1919, por ocasião da criação do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), instituição cultural ainda viva contemporaneamente, que atribuiu aos seus fundadores e primeiros membros a responsabilidade de escrever, então, pela primeira vez, a História de Mato Grosso. Essa responsabilidade foi assumida por seus integrantes que buscaram discorrer sobre os mais variados temas, visando emoldurar, através dos artigos produzidos no interior da Revista do Instituto Histórico e de obras independentes que, somadas, revelaram que a tarefa a eles atribuída foi cumprida a risca.

A primeira obra clássica que trata da educação mato-grossense foi escrita por um dos mais eminentes historiadores mato-grossense, **Virgílio Alves Corrêa Filho**, autor de quase uma centena de títulos que versam sobre os mais variados assuntos, a maioria deles referente ao seu estado natal. Engenheiro de formação, porém intelectual do mais alto nível, visto que esmerado no escrever e pesquisador minucioso, esse intelectual desempenhou, ao lado das lides de sua profissão, cargos no governo estadual de Mato Grosso e até mesmo colaborou, durante anos e enquanto membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como Secretário Geral daquela Instituição, criada pelo Imperador

*Doutora em História da Educação. IE/UFMT.

**Doutor em Educação. Coordenador do Grupo de Pesquisa de História da Educação IE/UFMT_Programa de Pós-Graduação-IE.

D. Pedro II, em 1838, que lhe atribuiu a função primordial de deixar registrada a História do Brasil.

Virgílio Alves Corrêa Filho escreveu, dentre tantas outras obras, uma coleção de 7 títulos que, reunidos pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, deram origem às *Monografias Cuiabanas*, até há pouco tempo raríssimas, hoje reeditadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, no interior de sua já tradicional coleção intitulada: *Publicações Avulsas*, nº 59. A primeira delas intitula-se *Questões de Ensino*, escrita originalmente no ano de 1925. Nela, Corrêa Filho procurou traçar um panorama histórico do cenário educacional, convidando o leitor a percorrer sua trajetória, do século XVIII à primeira metade do XX. Investigador de primeira grandeza, Virgílio Alves Corrêa Filho, a exemplo dos historiadores de então, procurou recontar os principais momentos da trajetória educativa de Mato Grosso tendo como base de pesquisa um universo empírico utilizado na época, a documentação oficial de maior grandeza nesse campo, ou seja, os Relatórios, Falas, Discursos e Mensagens dos Governantes, assim como se baseou na produção periódica produzida pelos Inspetores/Diretores da Instrução Pública e que era remetida aos Presidentes de Província a fim de servir-lhes de subsídio à confecção do relatório mais amplo, aquele com que ele abria, anualmente, os trabalhos da Assembléia Legislativa. Ao lado desse universo empírico, Virgílio lançou mão da Legislação provincial e republicana, produzidas pela Assembléia Legislativa a partir de 1835. Esse conjunto documental, de caráter eminentemente oficial, foi suficiente para que ele costurasse três séculos da trajetória educacional mato-grossense, fazendo-o ao longo de, aproximadamente, 60 páginas.

Obra inaugural, *Questões de Ensino* serviu de base para que outros autores pudessem discorrer mais comodamente sobre o assunto. A estrutura dessa monografia, optando por uma abordagem clássica, a cronológica, inicia com alguns rápidos comentários sobre o cenário educacional do período colonial. Após abordar brevemente sobre a instituição do subsídio literário, o autor, lançando mão do documento mais antigo de Mato Grosso, os *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*, dá ênfase à figura do mato-grossense José Manoel de Siqueira, formado na Europa e que foi professor de Filosofia na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, assim como menciona o envio de estudantes à Europa, recorrendo às informações desse antigo manuscrito.

Ao abordar os períodos da Independência e do Império, Corrêa Filho se reporta à Lei de 15 de outubro de 1827 que, a seu ver, foi benéfica sob diversos aspectos, mas que trouxe inúmeras dificuldades para as províncias, especialmente àquelas mais pobres onde a instrução pública apenas dera tímidos passos. Esse era o caso de Mato Grosso: *Posto que ditada pelos melhores intuitos, a herança em vez de beneficiar, veio ainda mais onerar o gravame sob que vivia a desventurada província, recém dessangrada em cruenta comoção política.* (p. 17) Nesse particular, Virgílio se referia aos

acontecimentos da Rusga, movimento regencial extremamente violento, deflagrado em Cuiabá e espalhado por diversas Vilas e freguesias. Ao se referir à citada legislação, em nota, explicita que a mesma impunha o método de ensino a ser adotado em todo o Império, o ensino mútuo, sem, entretanto, entrar em pormenores.

A seguir, o autor encaminha a discussão tendo por base o aporte mais recorrente da legislação mato-grossense referente à educação, qual seja, os Regulamentos da Instrução Pública: o de 5 de maio de 1837, conhecido como Levergeriano, promulgado no ano de 1854, seguido do Regulamento Orgânico, de 1873 que, segundo ele, fomentou, até 1880, uma *década fecunda*, visto terem sido criados nesse período o Gabinete de Leitura e a Escola Normal, inaugurada a 3 de fevereiro de 1875. Ao abordar o Regulamento Maracaju, de 1880, Virgílio destaca a criação do Liceu Cuiabano e o aumento do número das escolas públicas e particulares na província mato-grossense, ilustrando com dois importantes mapas.

A Reforma Souza Bandeira (1889) é particularmente cara ao autor que, após relembrar o importante cargo ocupado por esse Presidente da Província, enquanto Inspetor de Ensino do Rio de Janeiro, destaca as transformações trazidas no bojo dessa última reforma do período Imperial: novos conteúdos para o ensino primário, divisão das escolas elementares provinciais em 3 categorias, criação do Externato Feminino e do Liceu Cuiabano, com seus inovadores planos de estudo, e a ampliação da função do Conselho Superior da Instrução Pública. Citando, por muitas vezes, frases pronunciadas por Souza Bandeira, em Relatório apresentado à Assembléia Legislativa, dá destaque às idéias de feminilização do magistério, deixando de evidenciar que elas não afloraram naquele momento, visto que gestadas desde a década de 1870. Ao se referir a esse aspecto, que o autor considera inovador, dá destaque à preferência que Souza Bandeira à regência das escolas primárias pelas mulheres, fossem elas mistas, femininas ou até mesmo masculinas. Destaca uma frase pronunciada por aquele governante: *Em uma província como esta, de vasto território e diminuta população, o homem naturalmente atraído para outros trabalhos mais rendosos, só se inclinará para as fadigas inglórias do magistério, quando não tiver préstimo para coisa nenhuma; a mulher está em outra situação, obedece a uma vocação natural.* (p. 36-37) A ênfase que Corrêa Filho dá à última reforma imperial, em Mato Grosso, certamente serve de base para compreendermos sua permanência nos primeiros anos do período republicano. Assim, prossegue tratando das alterações proporcionadas, em 1891, à reforma Souza Bandeira, seguida daquelas preconizadas em 1896, porém dedicando-se mais aprofundadamente à Reforma de 1910.

O que emblematiza a maioria dos trabalhos de Virgílio Alves Corrêa Filho é a relação de competência que ele estabelece entre o texto em si e as fartas e

interessantíssimas notas, sempre colocadas ao final do trabalho e que quase que se aproximam, em número de páginas, do texto principal. Essas notas explicativas buscam iluminar a questão especificamente tratada com o contexto mais amplo ou, então, se prestam a fazer citações longas acompanhadas de quadros e tabelas, o que conduz o leitor a uma compreensão cada vez mais ampla do texto trabalhado.

Virgílio Alves Corrêa Filho inaugurou a produção historiográfica sobre a educação de Mato Grosso e *Questões de Ensino* representaram um guia a partir do qual os demais autores se aventurarão a escrever sobre a temática.

Em 1940, **Gervásio Leite**, causídico de renome e respeitabilidade se propõe a escrever sobre a instrução pública de Mato Grosso em obra cujo título e subtítulo indicam o recorte que o autor escolheu: *Um século de instrução pública (História do ensino primário em Mato Grosso)*, publicada somente no ano de 1970, num total de 178 páginas. No rastro de Corrêa Filho, a obra em questão passa ligeiramente sobre o período colonial, chegando a fazer as mesmas referências que fizera seu antecessor, porém acrescentando alguma bibliografia de apoio, a exemplo de Cassiano Ricardo, em sua tradicional *Marcha para Oeste*, na qual disponibiliza dados sobre a então capitania de São Paulo, cuja carência de livros se assemelhava muito à precária situação de Mato Grosso naquele período, cuja proximidade histórica ligará irremediavelmente essas duas unidades federativas. Mesmo considerando que São Paulo veio a merecer, em 1827, a instalação de um dos dois primeiros cursos jurídicos criados no Brasil, a situação educacional paulista se apresentou carente em toda primeira metade daquele século.

Ao analisar o primeiro regulamento da instrução pública, de 1837, Leite, como homem voltado para a área do Direito, avançou o olhar na documentação já pesquisada e, além da legislação regional, utilizou seu amplo conhecimento e leitura da bibliografia mais ampla de História da Educação brasileira, a exemplo da obra *Noções de História da Educação*, de autoria de Afrânio Peixoto, citando até mesmo trechos dos relatórios produzidos pelo Ministério do Império e até mesmo dos competentes discursos e pronunciamentos sobre o contexto político Imperial pronunciados pelo crítico Tavares Bastos, leitura clássica e obrigatória para todos aqueles que se aventuram a escrever sobre o contexto brasileiro nos oitocentos. Além dos Relatórios, Falas e Discursos pronunciados pelos Presidentes da Província de MT, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos, Gervásio Leite, ao analisar a educação no Império, privilegiou como sua base de análise os muitos relatórios produzidos pelos Inspectores/Diretores da Instrução Pública, incorporando mais profundamente, um filão documental até então pouco explorado. Esse fato pode ser comprovado quando ele abre um capítulo, o V, intitulado “A ação de Ernesto Camilo Barreto”, baiano que foi, por muitos anos, não somente reitor do Seminário Episcopal da Conceição, mas, também, Inspetor Geral dos Estudos e da Instrução Pública, ficando notabilizado pela excelente qualidade de seus relatórios qualificados por Gervásio Leite, como

notáveis. (p. 47) Ao analisar a década 70 do século XIX, além dos relatórios citados, o autor buscou incorporar algumas pesquisas e leituras, a fim de ampliar e tornar mais claras as assertivas de Camilo Barreto, o que fez ao citar o famoso pedagogo Abílio César Borges, o Visconde de Carnaúbas, autor de inúmeros compêndios didáticos, muitos deles utilizados fartamente nas escolas primárias mato-grossenses, e proprietário de estabelecimentos de ensino, instalados na Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Mesmo não citando o local onde esse farto material documental se localizava, visto que Leite apenas dele se apropriou sem remeter o leitor à fonte, o livro segue trabalhando cronologicamente cada reforma de ensino. Como bom jurista e, conseqüentemente, admirador de Rui Barbosa, Gervásio Leite considerava que as suas idéias pedagógicas, apesar de brilhantes, foram pouco apropriadas pelos governantes de Mato Grosso: *Estudando minuciosamente a situação do país, assinalava Rui, no parlamento, “que somos um povo de analfabetos”, que a instrução popular, na Corte, como na província, não passa de um desideratum” (...)* Qual a influência dessas novas idéias na província? Mesmo sendo otimista, conclui-se que nenhum ou quase nenhum interesse despertavam as idéias de Rui. (p. 73). Gervásio Leite encerra o período imperial fazendo um balanço crítico interessante, pois atribuiu à rala população e às dificuldades financeiras da província as causas maiores do fracasso da instrução pública: *Não era só a escassez de mestres, de cuja falta ainda hoje nos ressentimos, nem a incompreensão dos pais que não mandavam seus filhos à escola. Havia acima de tudo falta de dinheiro nos cofres provinciais, para acudir às necessidades inadiáveis que assoberbavam o ensino. (...)nas vésperas da República, a província, com uma área idêntica à do Estado atual (1.477.041 Km²), estava praticamente despovoada, pois contava, quando muito, com uma população de 80.000 habitantes.* O discurso da Modernidade está fortemente presente no texto do autor que fechou o capítulo da educação imperial com a seguinte frase: *O Império, portanto, deixava à República um trabalho mal começado. É justo que se destaquem as dificuldades que impediram a ação de alguns homens de boa vontade, dificuldades que através dos anos deixaram Mato Grosso esquecido no fim do Brasil, sem braços e sem dinheiro, com os seus filhos bebendo aquele “leite da ignorância” de que falou o cronista colonial.* (p. 86)

A abertura da 2ª parte da obra, *Na República*, é inaugurada com o posicionamento de Gervásio Leite sobre o contexto republicano, pensado em torno de três eixos fundamentais: liberalismo, analfabetismo e escolas: *A República trouxe a presunção de uma democracia num país em que o povo era uma figura retórica, aquele povo bestializado da expressão de Aristides Lobo, que não tinha consciência de si mesmo. (...)Ora, a realidade de 1890 apresentava 852 analfabetos em cada grupo de 1.000 brasileiros. (...)Esse Ministério da Instrução Pública, contudo começou com a velha política de sempre pela cumeeira, cuidando de reformar o ensino superior. (...)acabou deixando tudo para que os Estados cuidassem, como já o Ato Adicional comodamente fizera. Ora, era evidente que o fundamental era o ensino primário, a alfabetização, a direção consciente da massa para uma República que pretendia ser democrática.*

Para Gervásio Leite, estava clara a postura adotada pelas elites: estar sempre reformando a educação para ver se conseguiam seu intento, porém, para o autor, a questão estava muito além do que pensavam os governantes: *O resultado não podia ser outro, senão o de sempre. Se o ensino não tem qualidade, se o mestre não tem competência, se os pais não mandam seus filhos à escola, se não há material escolar, prédios, métodos, programa, escolas, baixa-se uma nova lei, aprovando um novo regulamento e deita-se para dormir “à sombra das bananeiras, debaixo dos laranjais”.* (p. 92)

Assim, fica clara a abordagem que o autor implementará à República, enquanto um período regulado pela legislação de caráter antecipatório, deixando, nessa medida, de operar transformações na realidade. Numa coisa o autor comungou com os princípios republicanos: o fato de que o ensino passou a ser leigo e obrigatório, fato que, no seu entender, não foi suficiente para operar as modificações tão necessárias para a época. Ao analisar a primeira reforma republicana, de 1891, Gervásio Leite atentou para o grave problema da falta de recursos, sanado parcialmente naquele momento pela instituição do fundo escolar. Como bom conhecedor da legislação, ampliou a explicação da natureza desse imposto, explicando que o mesmo *recaía nos que exerciam indústria, profissão ou viviam de rendimentos próprios e destinava-se principalmente à aquisição de móveis para as escolas e fornecimento de vestuário e utensílios às crianças pobres.* (p. 97) Na análise da reforma seguinte, a Corrêa da Costa, de 1896, Leite centra a discussão na divisão do ensino primário em elementar e complementar e na utilização do método intuitivo, pela primeira vez aplicado no cenário escolar mato-grossense. Apesar de revolucionária para a época, essa metodologia não foi capaz de alavancar e transformar o ensino primário, entretanto, na opinião do autor, *em vez de uma escola contra o aluno, Antônio Corrêa tentava uma escola a favor do aluno, aquela que fosse um resumo vivo da sociedade, onde preparassem homens de acordo com suas tendências não “máquinas” que repetissem os compêndios de cor.* (p. 105)

Prossegue Leite cotejando os primeiros regulamentos republicanos buscando evidenciar o crescimento no número de alunos que chegou a dobrar entre 1899 e 1906. (p. 110) Ao iniciar a análise da Reforma regional de 1910, o autor discorre sobre um aspecto que muito afetou o cenário social e educacional do período: o fenômeno do Coronelismo que, segundo Caetano de Albuquerque, governantes mato-grossense (1915-1917), *é o contágio da politicagem, fazendo do professor público o servidor de um partido, o galopim eleitoral que escreve a ata e é o agente da cabala eleitoral* (p. 115) Depois, elenca as alterações e inovações do Regulamento de 1910, a exemplo da criação da Escola Normal, dos Grupos Escolares, do ensino livre (escolas particulares), da inovação do método intuitivo e prático e da proibição de ser o ensino ministrado, como antes, por decuriões ou monitores, assim como a proibição da aplicação de castigos físicos. Depois de expor minuciosamente esses aspectos, Gervásio Leite abre, na seqüência, as críticas à essa reforma. Mesmo

elogiando o caráter inovador, atribuiu seus fracassos aos problemas históricos de Mato Grosso. Como que resvalando numa espécie de determinismo geográfico ou “lenda” geohistórica, considerou: *E um regulamento, infelizmente, não tem forças para de um golpe reformar tudo. Nem a questão fundamental gira em torno de um regulamento. (...) a questão não é só de métodos e de técnica. A questão primeira é a do meio. As condições excepcionais que a geografia mato-grossense criou devem ser maduramente analisadas. Por outro lado, a situação estagnada do professor mal remunerado e sem possibilidade de acesso não seduz ninguém ou seduz os menos aptos para outros misteres da vida.* (p. 123)

Assim, na medida em que o processo educativo mato-grossense se aproximava da vivência do autor, nascido em 1916, suas análises críticas se intensificavam. Apaixonado pela estatística, técnica considerada apropriada para fornecer os parâmetros ao bom administrador, Gervásio Leite ao final da obra introduz um capítulo intitulado *Estatística Escolar*. Considerava ele que os fracassos escolares do passado poderiam, em grande parte, ser atribuídos à falta de dados estatísticos, capazes de direcionar e tornar melhor conhecida a realidade social: *Ora, sem um preciso levantamento regular e harmônico, impossíveis se tornam confrontos e estudos, não só do ponto de vista técnico, como do ponto de vista administrativo. Fenômeno de massa lembra Lourenço Filho a educação só apresenta os seus verdadeiros delineamentos, a sua marcha de execução e os seus resultados, pela estatística.* (p. 129-130)

Ao analisar a reforma de 1927, qualifica-a de *inadequada para um mundo em mudança*, isso porque, ao dividir as escolas primárias em isoladas rurais, isoladas urbanas, isoladas noturnas, reunidas e grupos escolares, a reforma de 27 não fazia qualquer distinção no âmbito dos conteúdos: *A que nas zonas rurais de fraca densidade demográfica ministrava mecanicamente as mesmas disciplinas que os mestres ensinavam nas zonas urbanas, densamente povoadas.* (p. 138). Suas críticas não param no currículo, mas atingem ainda o método que, segundo Leite, preconizava, obsoletamente, o intuitivo, deixando de contemplar os modernos métodos de ensino. Por outro lado, na sua opinião, o Regulamento de 1927 preocupou-se mais em transmitir conhecimento do que em educar: *A escola não é apenas um lugar onde se aprende a ler, a escrever e a contar. Deve, ao contrário, ser o ensino primário, como disse Gustavo Capanema, o verdadeiro instrumento de modelação do ser humano. Só a escola nova poderá atender a este alto objetivo do ensino primário.* (p. 144)

O trabalho produzido por Gervásio Leite se consubstancia numa análise do processo educacional mato-grossense, pautado em farto material empírico nas áreas legislativa e administrativa, acrescentando muito ao produzido por Virgílio Alves Corrêa Filho, seja pelo número mais avolumado de documentação, ou, sobretudo, pelos abalizados comentários, próprios de um atuante causídico.

Na década de 1960, surge outra obra, mais completa que as anteriores, escrita pelo médico **Humberto Marcílio** (Humberto Marcílio Reinaldo), intitulada

História do ensino em Mato Grosso, em 222 páginas. Vale lembrar que o autor ligado profissionalmente à área da saúde, se voltava para as causas sociais. Pesquisador inveterado e leitor atento, escreveu, antes dessa obra, as seguintes: *Vestígios das Culturas Oceânicas no Brasil*, *Os FONSECAS de Alagoas, da teoria dos gens e da complexidade do problema racial brasileiro*, *Aspectos nosológicos de Mato Grosso* e ainda *Organização Social dos Bororós*. Queixou-se ele das dificuldades de localização e consulta aos documentos que poderiam dar-lhe mais segura base para a elaboração do trabalho, a exemplo das *mensagens presidenciais, dos relatórios dos inspetores dos estudos e particularmente as leis do período monárquico, etapa primeira e provavelmente a mais demorada do nosso trabalho*. (p. 11) Declinou ele, ainda, a bibliografia histórica consultada: *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*, as *Crônicas do Cuyabá*, de José Barbosa de Sá e Joaquim da Costa Siqueira, *Notícias da Província de Mato Grosso*, de Joaquim Ferreira Moutinho e ainda *os eruditos trabalhos de Virgílio Alves Corrêa Filho, "Datas Mato-grossenses", do inolvidável Estevão de Mendonça, "A Instrução e a Província", de Primitivo Moacyr, "Um Bandeirante de Cristo", obra inédita do Padre Wanir Delfino César, além de vários documentos históricos do Arquivo Público do Estado, velhos livros de atos, coleções de ofícios, etc., além de alguns documentos particulares gentilmente postos à nossa disposição*. Para concluir a fase mais contemporânea, o autor declarou ter lançado mão da coleção do *Diário Oficial*. O intuito de Marcílio, com a publicação desse trabalho, era especial: *Ao passarmos ao público o resultado modestíssimo dessa investigação, mesmo não havendo cumprido integralmente aquilo que nos havíamos proposto, agrada-nos fazê-lo especialmente pela significação que lhe demos, qual seja, sobretudo, a de prestar uma homenagem a Mato Grosso*. (p. 13)

Sua obra está dividida em duas partes, sendo que na primeira o autor discorre sobre os contextos colonial e imperial, sendo a segunda parte dedicada à análise do período republicano, trazendo o processo até o ano da publicação da obra (1963). Como os autores anteriores, percorre rapidamente o período colonial, acrescentando algumas novidades no tocante à documentação, quando transcreve uma correspondência do príncipe regente ao capitão-general de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, datada de 19 de agosto de 1799, na qual solicitava um levantamento da situação da instrução na capitania e os efeitos provocados pelo imposto do subsídio literário, assim como autorizava aquele governante a adotar as medidas que se fizessem necessárias *aplicando todas as vossas luzes e esforços ao exame de tão importante matéria, fixareis um Plano, que seja merecedor de Minha Real Aprovação, e de que siga a melhor Instrução dos Meus Vassallos nessa Capitania(...)* (p. 27) Como médico, Marcílio teve especial interesse em transcrever o documento que relata a criação de uma aula de anatomia em Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso, datada de 1808.

O tratamento do período Imperial se estrutura cronologicamente, porém intercalando a análise da legislação com temáticas específicas, o que dá à obra um toque inovador, apontando e abrindo novas perspectivas de estudo mais pontuais. Iniciando, como os autores anteriores, com a Lei de 15 de outubro de 1827, imbrica essa questão mais geral com o panorama educacional de Mato Grosso. Depois de tratar da descentralização provocada pelo Ato Adicional, anuncia as primeiras leis e decretos propostos pela Assembléia Legislativa Provincial no tocante à instrução e, em seguida, reporta-se à Lei maior, de 5 de maio de 1837 que traçou um primeiro plano educacional para a província mato-grossense. Ao discorrer sobre o descompasso entre o que previa essa determinação e a realidade educacional, Marcílio pontua as diversas pressões da Assembléia Legislativa no sentido de fazer cumprir o estabelecido nesse primeiro regulamento, chegando mesmo a aprovar *leis punitivas, como a que mandava demitir do magistério, sem direito a vencimentos, os professores que não contassem pelo menos seis alunos, pondo-se em consequência, as suas cadeiras a concurso. Não se obtém com essas medidas, pouco práticas, naturalmente, maiores resultados.* (p. 41)

Uma inovação importante que esse autor traz é quanto à criação da primeira Escola Normal, ainda nos idos de 1844, quando a Assembléia aprovou e subsidiou uma viagem de Joaquim de Almeida Lousada, ao Rio de Janeiro, a fim de se capacitar nos modernos métodos de ensino, o que faz transcrevendo o termo de contrato celebrado entre este e o governo provincial, e o efeito inócuo desse esforço, visto que Lousada, ao regressar a Mato Grosso, não deu cumprimento ao estabelecido, engajando-se na administração pública.

Outra contribuição documental importante, igualmente transcrita na íntegra, é a Resolução nº 5, de 12 de junho e 1850, criando cadeiras de Línguas e de Filosofia Racional e Moral, assim como outra de Teologia Dogmática e Moral, primeiras medidas para implementação do ensino secundário. Depois de analisar o Regulamento de 1854, o autor faz questão de introduzir o tema com dados biográficos de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, promotor dessa importante reforma de ensino. Por ela, foi criado, pela primeira vez, o cargo de Inspetor Geral dos Estudos, função de relevância permanente no interior da Instrução Pública. Abrindo novas picadas, Marcílio introduz um breve estudo sobre os principais Inspetores de Estudo e Diretores que atuaram em Mato Grosso durante o período imperial, com destaque para Joaquim Gaudie Ley, Manoel José Murtinho, José Diniz Villas Boas, Pe. Ernesto Camilo Barreto, Pedro de Alcântara Sardemberg, Dormevil José dos Santos Malhado, João Carlos Muniz e Alfredo José Vieira, dentre outros. Essa inovação foi muito importante para subsidiar estudos posteriores, visto que o autor foi capaz de alinhar através da investigação no conjunto dos relatórios da Inspetoria/Diretoria da Instrução Pública, assim como em pesquisas biográficas o perfil desses agentes da administração pública. Após tratar cronologicamente dessa questão, Humberto

Marcílio privilegia abordar com maior profundidade dois deles: Pe. Ernesto Camilo Barreto e Dormevil José dos Santos Malhado. Do primeiro, transcreveu sua nomeação como Diretor Geral da Instrução Pública, em 1878 e posterior demissão e, do segundo, sua nomeação como Diretor da Instrução Pública, em 1880. Considerando que ambos estiveram ligados ao ensino secundário, o primeiro, ao Seminário Episcopal da Conceição, e o segundo, ao Liceu Cuiabano, Marcílio abre um item sobre o ensino secundário em Mato Grosso, trazendo interessantes informações retiradas de inédita documentação.

Marcílio novamente intercala temáticas referentes à época estudada, a exemplo do item *O ensino e a invasão paraguaia*, quando, após analisar o contexto político que antecedeu a esse acontecimento, descreve as dificuldades enfrentadas pelas escolas mato-grossenses, assim como aborda, mesmo que de forma ligeira, a epidemia de varíola.

Virgílio Corrêa Filho, assim como Gervásio Leite, ao analisar a instrução pública na década de 1870, tomaram como ponto de apoio o Regulamento Orgânico da Instrução Pública, datado de 1873, porém Humberto Marcílio, que certamente teve acesso a um acervo documental mais extenso, conseguiu abrir o estudo dessa década um ano antes, em 1872, discutindo fartamente a política educacional implementada por Francisco José Cardoso Júnior, autor de um regulamento aprovado pela Assembléia Legislativa no qual propunha algumas inovações, a exemplo do curso noturno, da escola da cadeia, da abolição dos castigos físicos, da introdução de exame de seleção aos ingressantes no magistério. Além disso, o autor foi capaz de classificar esse regulamento a partir de três grandes determinações: liberdade, obrigatoriedade e liberdade de ensino, máximas então em voga no seio do grupo liberal. Sem descurar do que haviam dito os antecessores, Marcílio aborda o Regulamento Orgânico, porém destacando: *Produzia, assim, os seus frutos, por esse tempo, o Regulamento de 1872 de Cardoso Júnior, transformado então no Regulamento Orgânico da Instrução.* (p. 83)

Visando introduzir outro capítulo temático, responsável pela quebra da monótona cronologia, Marcílio aborda, sob o título de *O período Áureo 1872-1880*, as muitas tentativas de se criar um estabelecimento público de ensino secundário, que culminou, em 1880, com o Liceu Cuiabano, especialmente as tentativas quase frutíferas implementadas na administração de João José Pedrosa, nos idos de 1879, com o ressurgir da Escola Normal e do Liceu de Línguas e Ciências. A seguir, aborda o período Maracaju, em especial a reforma de 1880. Já tendo percorrido, em item anterior, sobre o Liceu Cuiabano, esmiúça um pouco mais sobre o nascedouro desse estabelecimento de ensino, elencando o seu primeiro corpo docente, seja do Liceu e do Curso Normal, assim como discorrendo sobre os planos de estudo e principais livros didáticos ali utilizados.

O estudo do Império finaliza com a reforma Souza Bandeira, de 1889, com destaque para a ação desse governante em separar o Liceu Cuiabano, também

chamado de Curso de Preparatórios, do Normal, transformado em Externato do Sexo Feminino. Nesse momento, transcreve parte do discurso desse governante sobre a incompatibilidade de convivência de ambos os cursos. Analisa ainda, no crepúsculo do Império, a criação do Conselho Superior de Instrução Pública, sua composição e função no contexto educacional, instituição que perdura até hoje com a nomenclatura de Conselho Estadual de Educação.

Antes de adentrar no período republicano, Marcílio abre, novamente, uma outra janela temática, *A iniciativa particular ao tempo da província*, tema até então tratado de forma muito superficial, senão silenciado. Contando com material empírico condizente, o autor consegue alinhar cronologicamente a fundação, direção e até mesmo composição do corpo docente de cada estabelecimento privado fundado no período do Império. Agrega a essa última temática, uma outra, *Velhas tradições do ensino primário*, quando recupera a trajetória dos mais proeminentes professores e professoras mato-grossenses do período imperial, indicando a escola em que lecionavam, ingresso e percurso no interior da carreira do magistério.

O estudo da República inaugura a segunda e última parte da obra. Após traçar um ligeiro quadro do panorama político de Mato Grosso no momento republicano, percorre, como os demais autores, as principais reformas de ensino, com destaque para as de 1896 e 1910, intercalando com trechos significativos dos discursos pronunciados pelos governantes que implementaram essas reformas. Como de praxe, também nessa última parte são privilegiadas temáticas de significação para a época, a exemplo da criação da Escola de Aprendizes Artífices, no ano de 1910. Esse último estabelecimento de ensino de caráter federal tomou ao longo do tempo inúmeras designações como Escola Industrial, Escola Técnica Federal e hoje CEFET, transformado em ensino técnico superior.

A parte final da República é tratada tendo por base os governantes, visto que cada um deles delineou uma feição própria à instrução pública sem, necessariamente, instituir nova regulamentação. Assim, são tratados o período Caetano de Albuquerque, o governo de conciliação de D. Francisco de Aquino Corrêa, o segundo governo de Pedro Celestino, o de Mário Corrêa da Costa, seguido do momento da Revolução de 1930 e suas repercussões no cenário educacional de Mato Grosso. Ênfase é dada ao Regulamento de 1927 que determinou nova estrutura organizacional do sistema escolar primário, terminando com o rebaixamento do Liceu Cuiabano, no momento em que esse estabelecimento público de ensino não conseguiu mais equiparar-se ao Ginásio Nacional.

O período dos Interventores é trabalhado com destaque ao governante Júlio Muller criação do Departamento de Educação e Cultura, do Colégio Salesiano São Gonçalo abordando em seguida e de forma peculiar, como fez no período do

Império, os principais estabelecimentos de ensino particular, inclusive aqueles fora do circuito da Igreja católica.

O penúltimo capítulo dessa parte trata do governo Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947), quando é dada nova direção normativa ao Departamento de Educação e Cultura do Estado que tomou para si a administração, organização técnica, orientação e fiscalização do ensino pré-primário, secundário, normal, técnico comercial e profissional, tanto no âmbito estadual quanto privado. Seguindo o mesmo esquema do Império, o autor elencou o nome daqueles que ocuparam a direção do citado Departamento.

Ao trabalhar o Governo Fernando Corrêa da Costa, destacou a criação da Secretaria de Educação e Saúde e da Faculdade de Direito de Mato Grosso, assim como da Escola de Enfermagem “Dr. Mário Corrêa da Costa”. Nesse final, o autor abre uma janela especial discorrendo sobre a Secretaria de Educação e Saúde, seus diretores e projetos implementados, seguida da Faculdade de Direito que, depois de tantas tentativas infrutíferas, conseguiu se firmar na década de 1950. Ao final dessa parte, aborda ainda as principais construções e reformas dos edifícios escolares, recuperando aqueles que foram objeto de intervenção, no então estado de Mato Grosso uno. Esses temas são objeto de aprofundamento no capítulo X que versa sobre os cursos secundários, a Normal, Técnico-profissional, a escola de enfermagem, a prática de agronomia/veterinária e a Faculdade de Direito de Mato Grosso.

A obra finaliza com o capítulo XI, quando o autor, tentando chegar até o ano de 1963, revisita o cenário educacional, agora sob um olhar mais pontual, abordando, mesmo que de forma ligeira, o período da segunda gestão de Fernando Corrêa da Costa, com destaque para a dinamização da Secretaria de Educação e Saúde que promoveu, no ano de 1963, o 1º Congresso Mato-grossense de Educação e Saúde, do qual o autor participou enquanto educador e médico. O Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento do Magistério é também objeto de análise nessa parte final, visto tratar-se de instituição que objetivava capacitar os professores projeto do qual o autor foi um dos mentores, uma vez que ocupava o cargo de Diretor do Departamento de Educação. Para encerrar a obra, Humberto Marcílio apresenta um panorama das principais instituições educacionais instaladas no Estado, no ano de 1963: Museu de História, Geografia, Etnologia do Estado, em Cuiabá, do Instituto Mato-grossense de Música, do Conselho Estadual de Educação, da Faculdade de Filosofia de Mato Grosso, em Cuiabá, e da Faculdade de Farmácia e Odontologia, em Campo Grande, assim como prenuncia a criação da Universidade Federal de Mato Grosso, discutindo as inúmeras proposituras até então formuladas.

O trabalho realizado por Humberto Marcílio, sem dúvida, representa o que de mais completo foi produzido pela historiografia clássica de Mato Grosso, no que diz respeito à trajetória da Educação, visto ter o autor conseguido desenvolver criteriosa pesquisa documental, entretanto, não se limitou a estampar um mero percurso cronológico, introduzindo temáticas paralelas e pontuais e apontando aspectos inovadores que, hoje, estão sendo objeto de investigação no âmbito da pós-graduação.

No ano de 1977 vem a lume um opúsculo de autoria de **Rubens de Mendonça** e intitulado *Evolução do ensino em Mato Grosso* que, na realidade, torna pública uma palestra proferida pelo autor em instituição não identificada, possivelmente o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do qual o autor era associado. O objetivo do trabalho foi o de *fixar a evolução do ensino em nosso Estado, aliás, pouco conhecida e muito mal divulgada.* (p. 5) Fazendo uma retomada da História da Educação Brasileira desde o período colonial, Rubens de Mendonça perpassa ligeiramente sobre os esforços despendidos durante esse período. A palestra teve como eixo as Instituições escolares ligadas à administração da educação em Mato Grosso. Para isso subdividiu sua fala em:

1º) Evolução do ensino em Mato Grosso, quando o autor trata de algumas ações ocorridas no período colonial, tendo como base empírica os *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá* e a obra de autoria de seu pai, Estevão de Mendonça, *Datas Mato-grossenses*, com destaque para a criação da aula de cirurgia e anatomia, tanto em Vila Bela quanto em Cuiabá.

2º) Seminário Episcopal da Conceição, abordado de forma ligeira, porém transcrevendo o discurso proferido pelo Padre Ernesto Camilo Barreto no momento do lançamento da pedra fundamental da instituição, a 7 de dezembro de 1858, assim como parte da correspondência de D. José Antônio dos Reis com o Ministério do Império, instância que subsidiou financeiramente tanto a construção do Seminário, quanto arcou com o pagamento dos honorários dos professores e administradores.

3º) A primeira Escola Normal, instalada no ano de 1875. Para tratar dessa temática, Rubens de Mendonça transcreve parte do relatório apresentado, a 3 de maio de 1877, pelo Inspetor Geral dos Estudos, Padre Ernesto Camilo Barreto, assim como dá à luz, creio que pela primeira vez, ao documento fundador dessa Instituição, o seu primeiro Regulamento, datado do mesmo ano.

4º) Liceu Cuiabano, primeiro estabelecimento de ensino público secundário, criado em dezembro de 1879 e inaugurado oficialmente em início do ano de 1880. Para ilustrar a significação que essa instituição tomou no âmbito da sociedade mato-grossense, Rubens de Mendonça lançou mão de parte dos discursos proferidos por ocasião da inauguração desse estabelecimento de ensino,

documento até então inédito para a historiografia da educação. Por muitos anos, essa peça documental ficou relegada a segundo plano, porém, o IHGMT resolveu publicar, sob a organização do Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá e da Prof^a Dr^a Elizabeth Madureira Siqueira, todos os discursos proferidos em fevereiro de 1880, disponibilizando-os aos pesquisadores atuais.

5º) Liceu Salesiano São Gonçalo, analisado a partir de dados coletados por José Barnabé de Mesquita, *Cinco lustros da Missão Salesiana em Mato Grosso*, publicado em 1919, em comemoração ao bicentenário de fundação de Cuiabá.

6º) Escola de Aprendizes Artífices, antiga Escola Técnica Federal, hoje CEFET. Mendonça elenca cronologicamente os momentos fundadores da instituição e seus Diretores.

7º) Escola Normal e Modelo é analisada somente desde sua criação, no ano de 1910, com a chegada dos professores paulistas, assim como sua evolução e papel até o ano de 1932.

8º) Escola Agrícola e Pastoril, igualmente criada pelo farmacêutico e Presidente de Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, que vislumbrou o ensino técnico como aquele vocacionado para amparar as atividades agrícolas, timbre e emblema de Mato Grosso até contemporaneamente.

9º) Escolas Superiores: nessa última parte, Mendonça aborda, de forma bastante superficial, as seguintes instituições: Escola Superior de Comércio, Faculdade Mato-grossense de Odontologia e Farmácia (Campo Grande), Faculdade de Direito de Cuiabá, Faculdade de Direito de Mato Grosso, Faculdade de Comércio e a UFMT.

10º) Conclusão: tal como na introdução, Rubens de Mendonça aborda a questão da Instrução Pública regional, com destaque para a atuação dos Inspectores e Diretores da Instrução Pública, sendo que, de cada uma dessas personalidades, foi traçada uma brevíssima biografia com enfoque para o seu período administrativo e principais ações, subdividindo-os em período Imperial e Republicano. Esse exercício, já ensaiado de forma tímida por Humberto Marcílio, ganhou maior corpo e volume nesse trabalho de Rubens de Mendonça.

Autor de quase quatro dezenas de obras, Rubens de Mendonça, enquanto sucessor de seu pai, Estevão de Mendonça, deu continuidade à tarefa de recuperação da História mato-grossense, visto que seus livros versam sobre os mais variados assuntos e são de consulta imprescindível a todos aqueles que se arvoram nos estudos sobre Mato Grosso.

O que caracteriza essa produção clássica é a escrita de uma História da Educação relatada enquanto processo e, conseqüentemente, ordenada de forma panorâmica e cronológica, uma vez que, mesmo para o tratamento temático, os autores tomaram o tempo linear enquanto base de apoio. Nesse tipo de historiografia, o cenário nacional é relegado a plano secundário, sendo a temática

educacional de Mato Grosso é tratada por si mesma, como se o que se passasse regionalmente pouco tinha a ver com aquilo que acontecia em âmbito nacional. Tampouco, a temática é abordada tendo por base um projeto educacional cujo modelo fora gestado no cenário europeu e transposto para o Brasil, onde se reproduziu de forma exemplar no Rio de Janeiro, então capital. Por outro lado, não se verifica, no interior dessa historiografia clássica da Educação mato-grossense, a rigidez metodológica no que tange à citação dos documentos, uma vez que não se encontravam os acervos documentais catalogados e organizados. De qualquer forma, essa literatura inaugural serviu de norte para as produções posteriores, timbradas pelo cientificismo acadêmico. A produção historiográfica clássica representou as primeiras tentativas de reconstituição da trajetória da História da Educação de Mato Grosso, tendo sido fundamental para cimentar e dar base e apoio às produções que se seguiram, nascidas no interior das Universidades e cuja autoria se deve a Educadores ou a historiadores de formação. As obras acadêmicas, gestadas a partir de 1970, tiveram por base não mais uma abordagem panorâmica da educação, tal como nos legou a historiografia clássica, porém privilegiaram como objeto de estudo períodos mais curtos e/ou temáticas particulares, visto que lhe foi propiciado um universo documental mais amplo e farto.

Gilberto Luiz Alves *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864.* Campo Grande, UFMS. 1984

A obra de Gilberto Luiz Alves representou um divisor de águas entre a produção historiográfica clássica e a acadêmica. Obra inaugural, *Educação e História em Mato Grosso* buscou dar uma nova abordagem ao cenário educacional mato-grossense, seja no que tange à questão de se imbricar História e Educação, ou quanto à firme e segura abordagem teórico-metodológica no campo do materialismo histórico, além de representar um investimento valioso no campo do tratamento documental. Alves executou essa propositura com muita prioridade, percorrendo o período colonial e parte do imperial, fechando sua análise em 1870. Pelo valor da obra, foi a mesma reeditada na década de 1990.

Vale lembrar que os programas de pós-graduação constituíram-se em alavancas para desencadear uma nova produção no campo da historiografia da educação. Ao lado desse importante fator, podemos somar o esforço despendido pelos grupos de pesquisa em História da Educação que vêm investindo na localização e catalogação dos acervos documentais existentes em Mato Grosso. Esse foi o caso do **Grupo de Pesquisa em História da Educação Instituto de Educação da UFMT**, Coordenado, há sete anos, pelo Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá, educador de formação, e auxiliado na parte da metodologia documental pela historiadora Prof^a Dr^a Elizabeth Madureira Siqueira. Esse grupo conseguiu, até o momento, abrir três grandes frentes de trabalho:

1º - Tratamento da documentação Imperial depositada no APMT, IMPL e no ACBM, cujo produto final está consubstanciado na *Educação e Memória: catálogo de documentos relativos à História da Educação de Mato Grosso (período Imperial)*, com 431 páginas e incluindo, aproximadamente, de 3.000 verbetes. Esse material se encontra também informatizado, estando disponibilizado aos consulentes e interessados, não somente os verbetes, mas também parte da documentação que se encontra transcrita e digitada na íntegra. Desse trabalho, que perfez quase 3 anos ininterruptos, redundou ainda a publicação da obra *Leis de Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso*, organizada pelos dois Coordenadores do grupo de pesquisa e publicada em Campinas, Editores Associados/SBHE/INEP, 2000.

2º - O mesmo trabalho foi elaborado com relação à documentação educacional da República: 1890-1950, junto ao APMT, ACBM e IMPL. Depois de quase três anos de investigação e intervenção junto aos acervos, o grupo de pesquisa em História da Educação de Mato Grosso oferece hoje aos pesquisadores um Catálogo virtual (cd-rom) organizado por Instituição educacional, perfazendo, aproximadamente, 4.500 verbetes, e, ainda, uma farta documentação transcrita e digitada na íntegra.

3º - Atualmente, o Grupo de Pesquisa está investindo na produção de documentos através de projetos de História Oral, no interior do qual estão sendo entrevistados professores antigos residentes nas mais variadas cidades do Estado. Os depoimentos são gravados de duas formas: através de fita cassete e também por meio de filmadora digital, sendo que ao final o depoimento sofre transcrição e também a gravação em Cd-rom, mecanismo democratizador do acesso às informações. O grupo investiu paralelamente em estudos e discussões sobre o campo da História Oral e, para realizar as entrevistas, alguns passos metodológicos hoje são seguidos: dossiê do entrevistado, elaboração do roteiro da entrevista, realização da entrevista e sua transcrição e reprodução em cd-rom.

Por outro lado, o conjunto desse material, constituído em banco de dados, está disponível aos mestrandos e doutorandos, visto que os mesmos podem, através dos catálogos, não só localizar com facilidade os documentos, como também acessar às transcrições de grande parte dos documentos constantes do catálogo, diminuindo o tempo de levantamento empírico.

Ao lado do levantamento de fontes, o Grupo de Pesquisa em História da Educação de Mato Grosso mantém permanentemente estudos teóricos capazes embasar as escolhas de temas e problemas a serem trabalhados pelos pós-graduandos. Nessa medida, metodologicamente, o grupo não se fechou em linha teórica específica, porém vem, ao longo de quase seis anos, investindo em leituras

sinalizadas pelos objetos dos diferentes projetos, que vão desde a clássica abordagem materialista-histórica, passando pela linha da história cultural quando são estudados textos relativos à infância, à cultura, ao cotidiano e à memória, incluindo ainda a linha da abordagem Foucaultiana, além de manter estudos paralelos na área da História Geral e do Brasil, em seus mais variados aspectos. Essa pluralidade de abordagens permite uma maior mobilidade dos mestrandos no interior da linha de pesquisa, assim como fornece-lhes um campo mais amplo de opções e escolhas.

Vejamos especificamente a produção científica gerada pelo grupo de pesquisa em História da Educação da UFMT, dos anos de 1993 a 2002:

OBRAS PUBLICADAS

AUTOR	TÍTULO	ANO
Laci Maria Araújo Alves	<i>Nas trilhas do ensino (Educação em Mato Grosso 1910-1946)</i> . Cuiabá, EdUFMT	1998
Elizabeth Madureira Siqueira (Tese de Doutorado UFMT)	<i>Luzes e sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)</i> . Cuiabá/Brasília, INEPE/EdUFMT	2000
Nicanor Palhares Sá e Elizabeth Madureira Siqueira	<i>Leis de Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso</i> . Campinas, Editores Associados/SBHR/INEP.	2000
Nicanor Palhares Sá e Elizabeth Madureira Siqueira	Discursos Pronunciados por Ocasão da Inauguração do Liceu Cuiabano em 1880 <i>Cuiabá, IHGMT Publicações Avulsas, 29)</i>	2001
Elizabeth Madureira Siqueira	<i>Verbetes no Dicionário de Educadores no Brasil, 2ª ed. "Pe. Ernesto Camilo Barreto"</i>	2002

No final do ano passado, comemorando o Dia do Professor, lançamos a obra didática (ensino médio) *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, pela Entrelinhas Editora, na qual buscamos inserir, no contexto histórico mais amplo de Mato Grosso, dados sobre a História da Educação, visto estar o livro inserido no campo específico da Educação e, sobretudo, por podermos hoje contar com uma farta produção historiográfica, fruto dos trabalhos produzidos no âmbito da pós-graduação em Educação da UFMT. Nosso objetivo com esse trabalho foi proceder a uma vulgarização das dissertações de mestrado e teses de doutorado, uma vez que essa produção estaria apenas acessível a um número reduzido de leitores, pois, a maioria desse material não está ainda publicado. Essa experiência tem se revelado positiva, uma vez que as escolas que adotaram a obra consideram-na extremamente interessante e, sobretudo, organizada de forma didática, mesmo incorporando e ampliando à tradicional História de Mato Grosso, temáticas nunca antes tratadas, a exemplo da Educação.

TESES DE DOUTORADO

Doutoranda	Título da Tese	Defesa
Matilde Araki Crudo	<i>Aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso: Trabalho infantil e educação (1842-1899).</i>	1999
Elizabeth Madureira Siqueira	<i>Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889).</i>	1999

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO (ainda por publicar)

Mestre	Título da Dissertação	Defesa
Darci Secchi	<i>O Financiamento da Educação: receitas, despesas e estrangulamento na gestão dos recursos da Educação.</i>	1993
Luís Augusto Passos	<i>Aguaçú: cotejo entre dois processos educacionais casa e escola. Estudo de um pólo escolar numa comunidade.</i>	1993
Ivane Aparecida Borges	<i>A prática pedagógica enquanto relação adulto criança.</i>	1994
Renata Ramos Corrêa Teguchi	<i>Concepções de Línguas nas Legislações de Ensino</i>	1994
Elizabeth B. Lannes Bernardes	<i>Mulheres cuiabanas na primeira República.</i>	1996
Laci Maria Araújo Alves	<i>Nas trilhas do ensino (Educação em Mato Grosso 1910-1946).</i>	1997
João Ernesto Paes de Barros	<i>A Evolução do Pensamento Jurídico no Conceito de Cidadania: uma análise da legislação de ensino de Mato Grosso.</i>	1997
Luciane Neuvauld	<i>O Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra: a maior dívida de Mato Grosso (1942-1964).</i>	1997
Maurília Valderez Lucas do Amaral	<i>Constituição do Sujeito, Governamentalidade e Educação.</i>	1998
Adilson José Francisco	<i>Apóstolos do Progresso: a prática educativa Salesiana no processo de modernização em Mato Grosso (1894-1919).</i>	1998

André Paulo Castanha	<i>Pedagogia da Moralidade: O Estado e a Organização da Instrução Pública na Província de Mato Grosso (1834-1873).</i>	1999
Edmar Joaquim dos Santos	<i>A educação física higienista em Mato Grosso (fase de implantação) 1910-1920.</i>	1999
Arilson Aparecido Martins	<i>O Seminário Episcopal da Conceição: da materialidade física à proposta pedagógica.</i>	2000
Elizabeth de Sá Poubel Silva	<i>A Escola Normal de Cuiabá (1910-1916): contribuição para a História da formação de professores em Mato Grosso.</i>	2000
Márcia Maria Bretas	<i>A Gênese do Ensino Estatal em Mato Grosso (1759-1808).</i>	2000
Carlos Américo Bertolini	<i>Encenações patrióticas: a educação e o civismo a serviço do Estado Novo (1937-1945).</i>	2000
Maria Inês Zanelli	<i>A criação do Liceu Cuiabano na província de Mato Grosso: o curso de línguas e ciências preparatórias e a formação dos intelectuais.</i>	2001
Marize Bueno de Souza Soares	<i>O ensino laico: entre a cruz e a espada - polêmica sobre o ensino laico veiculado pelo periódico "A Cruz" (1910-1924).</i>	2002
Elizabeth Pippi Rosa	<i>Cartilha do Dever: a instrução pública primária em Mato Grosso nas primeiras décadas republicanas (1891-1910)</i>	2002
Ivone Goulart Lopes	<i>O Asilo Santa Rita de Cuiabá: releitura da práxis educativa feminina católica (1890-1930).</i>	2002
Euclides Poubel e Silva	<i>Origens do Conselho Estadual de Educação.</i>	2003
Gisleine Crepaldi Silva	<i>Educação na revista feminina "A Violeta".</i>	2003

Concluindo, a historiografia clássica da Educação mato-grossense representou, inquestionavelmente, um primeiro e singular esforço na recuperação da memória educacional de Mato Grosso e foi capaz de fornecer não somente um alinhavo, em grandes linhas, do processo educativo, fornecendo base para que a produção historiográfica posterior tivesse condições de avançar no tratamento não somente do processo, sob uma abordagem mais científica, porém, sobretudo, de privilegiar aspectos singulares e pontuais.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Gilberto Luiz. **Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864**. Campo Grande, UFMS, 1984.

Corrêa Filho, Virgílio. **Questões de Ensino**. Cuiabá, IHGMT, 2001. (Publicações Avulsas, 29)

Leite, Gervásio. **Um Século de Instrução Pública: história do ensino primário em Mato Grosso**. Cuiabá, 1971.

Mendonça, Rubens de. **Evolução do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá, s.ed., 1977.

Marcílio, Humberto **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá, SECS-MT, 1963.

Sá, Nicanor Palhares e Siqueira, Elizabeth Madureira. **Educação e memória: Catálogo de Documentos Relativos à História da Educação de Mato Grosso (Período Imperial)** (org.) Cuiabá, EdUFMT/CNPq, 1998

Sá, Nicanor Palhares e Siqueira, Elizabeth Madureira (org). **Leis de Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. Campinas, Editores Associados/SBHE/INEP, 2000.

Siqueira, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso 1870-1889**. Brasília/Cuiabá INEP-EdUFMT, 2000.